

“Para a sua segurança, você está sendo filmado”: notas sobre a segurança/consenso na cidade contemporânea

Eledison Sampaio

A crescente multiplicação de dispositivos de segurança testemunha uma mudança na conceituação política, a ponto de podermos legitimamente nos perguntar não apenas se as sociedades em que vivemos ainda podem ser qualificadas de democráticas, mas também e acima de tudo se elas ainda podem ser consideradas sociedades políticas⁸⁰ (AGAMBEN, 2014).

Num momento instigante e clarividente do seu devir reflexivo, Gilles Deleuze (1992) colocou sua “caixa de ferramentas” em conexão para formular uma caracterização crítica do que chamou de sociedades de controle ou da comunicação. Em tais sociedades, emergentes de forma potente no pós-guerra, itinerários tanto conhecidos quanto inéditos passam a se evidenciar, mobilizando o campo de exercício da cidade como arena política em dupla dimensão: se por um lado exige-se um sujeito autônomo, criativo, produtivo e polivalente, por outro ampliam-se as estratégias de promoção de consensos, ampliam-se as capacidades de vigilância e controle, formulam-se processos de sociabilidade programada e fluxos incessantes que forjam liberdades aprisionadas. Nestes termos, a cidade que controla e que é controlada vê-se atravessada por dispositivos variados, sustentados por intenções, usos, desejos, técnicas e contextos diferenciados. Diz Deleuze (1996, p. 92): “pertencemos a dispositivos e nele agimos”.

De fato, as sociedades de controle são tão complexas não porque supostamente suprimiram as sociedades de soberania e as sociedades disciplinares. Antes de substituir qualquer coisa, o controle age como um complexo que aciona técnicas de vigilância variadas de tempos e momentos históricos, colocando o moderno e o contemporâneo em conversação e negociação. Já avisara Deleuze (2011, p.44), invocando sua leitura de Foucault: “todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal (...) concebem-se diagramas intermediários como passagens de uma sociedade a outra”.

80 Entrevista disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>

Quer-se dizer que o contemporâneo mantém práticas tais como penalizações em campo aberto⁸¹, em analogia ao que ocorria na sociedade de soberania, a exemplo do que ocorria no Brasil oitocentista. Um salto histórico faz ver que as jornadas de junho/julho de 2013 no Brasil evidenciaram que o corpo burocrático estatal, por via do seu aparelho policial, permanece inerte frente a qualquer princípio constitucional sobre direitos humanos ou a qualquer dos princípios basilares do Estado Democrático. Um complexo de agressões físicas e psicológicas que, além de refletir o panorama cotidiano das populações subalternas, mostram que no Brasil atual da Copa, do Facebook e do Globo, não existe direito à manifestação, direito ao não – direito a “poder” dizer não. Ou melhor, o tão prolatado direito à diferença só funciona quando da política cultural da imposição mascarada e da tolerância hipócrita, da conveniência e da alteridade com início, meio e fim rígidos. Isto significa que o mundo moderno, mais que assassinado ou adormecido pelo fluxo inexorável dos acontecimentos, está bem vivo nos tempos que seguem, ainda que com outras facetas e novas demandas, ainda que com novos movimentos entre trilhas, partilhas e, sobretudo, rupturas.

Por outra vertente, mediante alegadas razões de segurança, um emaranhado de práticas disciplinares não cessam de nascer e se recriar nos vários espaços do ambiente citadino. As câmeras de vigilância, por exemplo, amplamente apoiadas em um ideal humanista⁸² de segurança, podem ser concebidas⁸³ em alusão ao funcionamento do panóptico de Bentham, redimensionando a análise foucaultiana da visibilidade como armadilha. Na sociedade contemporânea, resta-se ineficaz atribuir à tecnologia uma responsabilidade sobre a esfera de efeitos relacionados, direta ou indiretamente, aos seus usos potenciais. Desviando disso, o que se apregoa é que os registros imagéticos e a capacidade de identificação da videovigilância fazem emergir sérios desdobramentos sociopolíticos e comunicacionais em ordem local, nacional e transnacional.

Nos ambientes institucionais, públicos e privados, o uso de câmeras ainda preserva uma lógica eminentemente disciplinar. O “sorria, você está sendo filmado” deve ser levado a sério, posto que a vigilância não se resume à questão da segurança; ou melhor, segurança e vigilância não são conceitos sinônimos,

81 Ver conhecido artigo de Passetti (2004) “Segurança, confiança e tolerância: comandos das sociedades de controle”, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22237.pdf>

82 Concebe-se o problema do humanismo refletindo-se nas críticas de Arendt (2009) ao mundo moderno.

83 Sob certos aspectos, diga-se. O panóptico não opera sozinho, mas em consonância com outras formas de vigilância (LYON, 2010, p. 127-131).

conforme a mídia de espetáculo quer fazer acreditar. Com isso, a videovigilância distribui-se numa lógica crescente, pois existe uma paranoia agressiva por segurança nas metrópoles. Soma-se a isso o fato de que a vigilância visual, amplamente solicitada e desejada, naturalizou-se como uma das tendências mais expressivas da cultura contemporânea (LYON, 2010).

De certa maneira, o desejo⁸⁴ que se reflete no contexto da videovigilância reforça contradições sociais de outrora, sinalizando que nossa democracia, tão elogiada como pletera de direitos, reservou grande parte do seu arsenal de vigilância para um público seletivo e a segurança para outro, de modo que: se o sujeito é criminoso ou subalterno, o olho discriminatório da videovigilância deve funcionar como um cão farejador, disposto ao trato e ao bote; se se trata de um funcionário público, com impostos em dia, não é mais um caso de vigilância, mas de segurança. Em qualquer dos dois casos, também se estará sujeito à vigilância nas relações de consumo e na Internet, quer queira ou não. É bem verdade que, no final das contas, todos são potencialmente suspeitos nestes Estados de controle (AGAMBEN, 2014).

A vigilância atual convoca à participação popular, fazendo soar no bojo das multiplicidades que a segurança é papel de todos, pois o Estado é incapaz ou ineficaz de formular políticas públicas sérias para atacar a gênese dos problemas e não suas consequências mais aparentes, visíveis a qualquer olhar mais insidiosamente moralizado.

A ampliação irresponsável do conceito de segurança, além de refletir confusões teóricas, funciona como ferramenta discursiva sofisticada de produção da dominação. Olhando nessa perspectiva, os “indivíduos que controlam a si mesmos identificam-se com sua própria exploração e dominação, eles consentem e participam ativamente de sua exploração” (FUCHS, 2011, p. 123).

Não parece que Deleuze, quando aduz sobre o potencial operatório dos dispositivos, está querendo advogar que o controle é algo democrático ou que possa tornar-se. Muito pelo contrário, nessas sociedades descritas por Deleuze, “a democracia transforma-se em discurso de ordem, pretendendo interromper atuações contestadoras (...) nada deve surpreender, tudo deve ser previsível, visível e exigir precauções” (PASSETTI, 2011, p. 54). O *devenir* em Deleuze e o *novo* em Arendt vêm seus sentidos negados e desqualificados, pois impulsionam desequilíbrios e desassossegos para nossa democracia do otimismo, do medo, da insegurança, do cinismo e da falência da crítica.

84 Diga-se o lado problemático, no sentido de desvio ético e violência desse desejo.

Parece, por outro lado, que Deleuze está numa linhagem reflexiva bem próxima de Foucault e também Arendt, em que se preze uma formulação crítica atenta ao fluxo transformista da sociedade: transformam-se os sujeitos, inventam-se subjetividades-liberdades, desconstroem-se barreiras cognitivas e racionalizadoras do espaço; ao lado disso, sofisticam-se as armas de sujeição e manobra das diferenças, faz-se crer que a vigilância e o controle são fundamentais para a defesa do *ethos*, utiliza-se a cultura como um bom negócio para manter e desenvolver nossa servidão voluntária. A cultura vem sendo empregada como um excelente instrumento anestésico de otimização de nossa banalização, do nosso autodescarte nessa busca da normalidade e da transcendentalidade capitalista – avisa Agamben⁸⁵: “Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro”.

Se isso tudo procede de forma ubíqua e em rede, também brotam forças insurgentes transclassicistas ensinando que o pessimismo é meio importante, mas a crítica é sempre o fim. No Brasil atual, a Copa do Mundo possui, ainda que irônica e curiosamente, também efeitos positivos: 1) dinamização da experiência política, fortalecida por uma troca ética do conflito pela diversidade demonstrado nos movimentos das ruas; 2) qualquer revolução, antes de alcançar interlocução com o outro, requer um despertar crítico maduro e muitas vezes desviante de arriscar o novo, sem o receio das práticas de penalização e disciplinarização moral e jurídica. Pode-se dizer, mesmo com o risco de simplificação, que os Black blocs, o rolezinho e, sobretudo, as insurgências de junho e julho de 2013, respondem aos intentos de arte transgressora distribuída e precursora de devires desestabilizadores. Ou melhor, esses movimentos criam narrativas em favor de um exercício da plural e heterodoxo das formas de *ação*⁸⁶, dimensão fundamental de qualquer pensar político que se preze. Nossa mirada deve estar bem treinada, pois a segurança e seu correlato consenso tornaram-se palavras de ordem em nossa democracia da hipertrofia do comportamento sobre a ação.

Vivemos a era do elogio demasiado aos dispositivos, momento em que a crítica se rende ao triunfo capitalista de narrar a vida e a morte de forma a legitimar um certo tipo de poder. Nesse ínterim, embora o consenso seja desejado e planejado, jamais será atingido, pois a cidade pluralista demanda novas subjetividades libertárias, descontinuidades eloquentes e desconcertos no âmbito da cultura urbana.

85 Entrevista concedida ao Boitempo Editorial. Ver: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>

86 No sentido de Arendt (2009).

O controle exerce-se como instrumento de criação de narrativas positivas sobre a miséria que estamos fazendo de nós mesmos. A política de subjetivação por detrás da segurança é de tal forma sofisticada que qualquer crítica tende a se tornar tola e ineficaz, relegada à condição de narcisismo e de militância – ao sentido problemático que tais noções podem atingir quando de um emprego desarrazoado, cumulado por um pensamento do fechado (disciplinar, normativo e tecnicista).

Comparar e, pior ainda, identificar o controle como uma forma de democracia é, de um certo modo, camuflar seu impacto social assimétrico e negar sua dimensão em termos de violência e dominação. Nestas sociedades em que a pseudo-tolerância se sobrepõe à ética, onde a vida íntima se converte em ambiente midiático, o fazer político exige esforços subjetivos que adubem nossa “nossa capacidade de dizer não⁸⁷”.

Parece que a busca atual por segurança atualiza, de algum modo, o projeto moderno de negação das diferenças, do qual problematizara Arendt (2009) no alto de sua lucidez crítica. Ancorados na retórica securitária, os novos dispositivos tecnológicos que inspecionam e policiam os espaços de convívio nas cidades passam, muitas vezes, despercebidos por grande parte da população. Se, por um lado, isso reflete um processo de naturalização/banalização da vigilância e do controle, por outro, de forma mais grave, aponta para um sério problema de despolitização sobre o tema. Nesse sentido, por detrás da implantação e ampliação de dispositivos de visibilidade – a exemplo das câmeras de vigilância – há um duplo engano. O mais simples é achar que com mais equipamentos a segurança vai ser garantida. Mas, o mais grave e oblíquo é uma despolitização do assunto. Serviços prestados não são o mesmo que ação política.

Todas essas questões se resumem, finalmente, a isto: o moderno (velho) ideal de consenso, conta agora com mais um elemento para mover o moinho discursivo hegemônico de poder em favor de uma castração de experiências políticas. Há, realmente, algo de estúpido em nossa democracia brasileira. Mas, felizmente, o contragolpe da multidão flexibiliza o efeito totalizante do controle, ampliando o ângulo do olhar para além do fatalismo.

■..... Eledison de Souza Sampaio é mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS - BA).

87 Ver interessante entrevista com John Holloway intitulada “Nossa força depende da nossa capacidade de dizermos não”, disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/nossa-forca-depende-da-capacidade-de-dizermos-nao/>

⋮

Referências:

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro. Editora 34, 1992.

_____. *Foucault*. Tradução de Claudia Martins. Editora brasiliense: São Paulo, 2011.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 3, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões 41ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância? *Matrizes*, São Paulo, jul-dez, p. 109-136.

LYON, David. *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Organizado e traduzido por Fernanda Bruno, Marta Kanashiro e Rodrigo Firmino. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 115-140.

PASSETTI, Edson. *Segurança, confiança e tolerância: comandos da sociedade de controle*. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 151-160, 2004.